

AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE
UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 011-551 7700 Fax : 011-551 7844
website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Quarta Sessão Ordinária
29 - 30 de Janeiro de 2008
Adis Abeba, ETIÓPIA

EX.CL/465 (XIV)

PROJECTO DE PLANO DE ACÇÃO (2008-2010) PARA A
INICIATIVA DA GRANDE MURALHA VERDE PARA O
SAHARA E SAHEL

Nota Introdutória da Grande Muralha Verde para a Iniciativa do Saara e Sahel

Durante as últimas décadas, à excepção de alguns anos em que se registaram precipitações atmosféricas normais, os países Sahelo-Sarianos tem enfrentado escassez contínua de chuva, o que é geralmente indicação de uma mudança em direcção ao sul da linha isoeta.

O fenómeno seca associado a factores antropogénicos (como a monocultura, queimadas, falta ou escassez de adubos, o sobrepastoreio, etc.) tem quebrado seriamente o equilíbrio ecológico, resultando na degradação dos recursos naturais, dos solos e na redução do nível de produção agrícola, e tudo isto é um indicativo de um processo quase inflexível da desertificação.

Confrontado com declínio acentuado da produção agrícola principalmente devido à redução do nível de produtividade dos solos, muitas vezes as populações têm reagido com movimentos migratórios e desbravamento de novas áreas florestais. As florestas estão a desaparecer a partir das regiões de Sahel a um ritmo preocupante.

A Muralha Verde para a Iniciativa do Saara (GWSI) foi originalmente concebida pelo ex-Presidente da República Federal da Nigéria, Olusegun Obasanjo, que propôs à Cimeira dos Chefes de Estado da CEN-SAD em Junho de 2005 e posteriormente à Quinta Cimeira Ordinária da União Africana, em Julho de 2005, em Sirte, Líbia. Com base na recomendação e decisões das referidas reuniões dos Líderes e Chefes de Estado e de Governo, foram iniciadas acções a vários níveis no sentido de abordar a situação:

- A Comissão da União Africana (CUA) desenvolveu um Documento de Conceito em estreita colaboração com vários parceiros, incluindo a Comissão Económica para África (ECA), o Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Secretariado da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), o Observatório do Sara e Sahel (OSS) e do Programa Mundial de Alimentação (PMA). O Documento de Conceito foi mais tarde lançado à margem da Cimeira sobre Segurança Alimentar que teve lugar em Abuja, Nigéria, em Dezembro de 2006. Posteriormente, os Chefes de Estado e de Governo Africanos, na sua 8ª Sessão Ordinária realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2007, endossaram a Iniciativa. Os líderes Africanos acolheram com agrado a Iniciativa como uma estratégia adequada para de forma efectiva alavancar os esforços nacionais, regionais e internacionais com vista a abordar o perigo da degradação da terra, da desertificação e da privação social coexistente nas regiões do Saara e de Sahel, e apelaram a

Comissão a desenvolver um plano de implementação. Em Setembro de 2007, a Comissão, com a assistência de um grupo de peritos, desenvolveu um projecto de programa de implementação para discussão com os parceiros;

- O Secretariado da CENSAD, em colaboração com o Observatório do Saara e de Sahel (OSS), desenvolveu também um documento de base e mais tarde um plano de acção (2008-2010) com base numa série de estudos e consultas técnicas junto dos Estados Membros e parceiros;
- Na Cimeira dos Líderes e Chefes de Estado da CENSAD realizada em Niamey, Níger, a República do Senegal foi solicitada a prestar apoio em termos de conteúdo substancial para a ambiciosa ideia de implementação da “muralha verde”. Neste âmbito, o Senegal organizou várias reuniões de peritos e Ministeriais, bem como uma mesa redonda (2008) que permitiram a finalização de vários documentos: (i) Nota de Conceito; (ii) Esquema Conceptual; (iii) Critério de delimitação da zona da muralha verde e uma lista relativa de espécies vegetais adaptadas; (iv) O papel das represas e dos reservatórios na muralha verde; (v) Termo de referência para a elaboração do documento do projecto; e (vi) Custo indicativo para a implementação do projecto;

Este projecto de “Plano de Acção para a Implementação da Grande Muralha para o Saara e Sahel” foi produzido a partir de uma síntese das várias acções e iniciativas realizadas até o momento numa reunião de representantes da CUA, CEN-SAD, Senegal, OSS e CILSS realizada no Secretariado da CEN-SAD em Trípoli, no dia 15 de Maio de 2008. Este procura assegurar a implementação da GWSSI sob um único quadro e de forma sinérgica. Contudo, é concebido para fortalecer a implementação dos planos de acção nacionais ao abrigo da Convenção das Nações Unidas para o Combate a Desertificação (UNCCD) e dos planos de acção que visam o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza nas margens a Sul e Norte do deserto do Saara, e foram adoptados por todos os países envolvidos na iniciativa.

Sumário Executivo

A reunião referente ao workshop de validação do estudo de viabilidade sobre a criação da bolsa de valores Pan-Africana foi realizada em Adis Abeba, Etiópia, no dia 6 e 7 de Novembro de 2008. Participaram na reunião 16 peritos independentes Africanos das bolsas de valores, das autoridades reguladoras e das empresas corretoras. Estavam presentes também representantes das três comunidades económicas regionais, do Banco Africano de Desenvolvimento e da Comissão Económica para África.

O workshop foi oficialmente aberto por Sua Excelência Dr. Maxwell Mkwezalamba, Comissário para os Assuntos Económicos, que agradeceu os participantes por terem aceite o convite. Ele lembrou a decisão da Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo que solicita a Comissão a realizar um estudo sobre a viabilidade da criação de uma Bolsa de Valores Pan-Africana.

O Dr. René Kouassi, Director para os Assuntos Económicos, Comissão da União Africana, fez observações iniciais e informou os participantes sobre o principal objectivo do workshop. Ele destacou o processo de arranque do estudo sobre a criação de uma Bolsa de Valores Pan-Africana e informou que a Comissão seria orientada pelas recomendações que iriam emanar do workshop.

Os resultados do estudo foram apresentados pelo Dr. Abdallah Msa, Chefe da Divisão de Políticas Económicas e Pesquisa no Departamento dos Assuntos Económicos. Ele lembrou a decisão da Assembleia da União Africana de Cartum, Sudão, de Janeiro de 2006, descreveu em linhas gerais a metodologia usada para a elaboração do relatório, apresentou uma análise macroeconómica, uma análise do desempenho das Bolsas de Valores Africanas, destacou os factores que dificultam o desenvolvimento das bolsas de valores, as opções propostas no relatórios e os desafios a superar.

Os participantes analisaram os resultados do estudo e partilharam as suas experiências, particularmente em relação à cooperação regional entre as bolsas de valores nacionais e em relação à criação de bolsas de valores regionais.

Após notar o relatório do estudo, o grupo de peritos recomendou que a criação da Bolsa de Valores Pan-Africana deve ser feita de forma gradual com base na opção 5 do estudo, que promove a ideia de que numa fase inicial as bolsas de valores existentes devem desenvolver alianças estreitas com vista a assegurar que exista uma consolidação a nível das comunidades económicas regionais e das sub-regiões. Um mercado bolsista Pan-Africano pode, contudo, emergir mais tarde, após se registarem progressos significativos na primeira fase.

Ao encerrar o workshop, o Comissário para os Assuntos Económicos agradeceu o Presidente da reunião, os outros membros da mesa, os participantes e o pessoal da Comissão pela reunião bem sucedida. Ele agradeceu ainda os participantes por terem realizado um trabalho árduo durante o workshop no sentido de apresentarem contribuições para o estudo e assegurou que os comentários seriam incorporados no relatório do estudo.

**PLANO DE ACÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA GRANDE
MURALHA VERDE PARA A INICIATIVA DO SAHARA E SAHEL**



AFRICAN UNION
Addis Ababa, ETHIOPIA
P. O. Box 3243
Telephone: 517 700
Fax : 517844



COMMUNITY OF SAHELO-SAHARIANAN STATES
Tripoli, LIBYA
P.O.Box 4041
Telephone: +218 21 333 23 47
Fax: +218 21 444 00 76

**PLANO DE ACÇÃO
PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA GRANDE MURALHA VERDE
PARA A INICIATIVA DO SAHARA E SAHEL**

Projecto submetido ao 16 Conselho Executivo do CEN-SAD
Cotonou, Benin
12-16 de Junho de 2008



Com a contribuição e da República do Senegal

Sumario

INTRODUÇÃO
I - O CONTEXTO
II - A GRANDE MURALHA VERDE PARA A INICIATIVA DO SAHARA E SAHEL	
II. 1 ABORDAGEM ESTRATÉGICA
II. 2 A META
II. 3 EFEITOS E IMPACTOS ESPERADOS
II. 4 BENEFICIÁRIOS
II. 5 O ÂMBITO
II. 6 O QUADRO DE IMPLEMENTAÇÃO
2.6.1 - Fase I: Fase inicial
2.6.2. Fase II: Implementação
2.6.3. Princípios
2.6.4. Áreas Prioritárias de Intervenção
III – IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO	
III. 1 FORJAR PARCERIAS E DESENVOLVER INICIATIVAS EM CURSO	
III. 2 DISPOSITIVOS INSTITUCIONAIS/DE IMPLEMENTAÇÃO	
3.2.1 - Coordenação Política
3.2.2.- Coordenação de Implementação
III.3 - MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS
III.4 - ORÇAMENTO DO PLANO DE ACÇÃO

Lista de Tabelas e Ilustração

Tabela 1: Orçamento Provisório para a Fase 1 (2 anos)
Tabela 2: Áreas Prioritárias de Intervenção
Tabela 3: Indica o Orçamento do Programa para os primeiros Dez Anos
Ilustração 1: Base de Dados da Cobertura Global do Espaço 2000

INTRODUÇÃO

Ha muitas décadas atrás, com a excepção de alguns anos de chuvas razoáveis, os países do Sahelo-Sahariana têm enfrentado contínua escassez de chuvas que são geralmente indicativas da deslocação dos isoieticos para o sul.

O fenómeno da seca, juntamente com os factores antropogénicos (tais como plantio de colheita única), queimadas, falta ou escassez de adubos, pastagem excessiva etc.) tem prejudicado seriamente os grandes equilíbrio ecológicos, resultando na degradação dos recursos naturais, solos e fraca produção agrícola, todos eles sendo indicativos de um quase inexorável processo de desertificação.

Confrontados com o acentuado declínio da produção agrícola, sobretudo devido a baixa produtividade do solo, as populações têm geralmente reagido com movimentos migratórios e o abate de florestas para se estabelecer em novas terras. As florestas estão a desaparecer das zonas do Sahel a um ritmo preocupante.

A Muralha Verde para a Iniciativa do Sahel e Sahara (GWSSI) foi originalmente concebida pelo antigo Presidente da República Federal da Nigéria, Chefe OLUSEGUN OBASANJO, que propôs isto na Conferencia de Líderes e Chefes de Estado da Comunidade dos Estados do Sahelo-Sahariana (CEN-SAD), em Junho de 2005, em Ouagadougou, Burkina Faso, e subsequentemente na Quinta Cimeira Ordinária da União Africana, em Julho de 2005, em Sirte, Líbia. Com base nas recomendações e decisões das referidas reuniões dos Líderes e Chefes de Estado e de Governo, foram iniciadas acções a vários níveis para tratar esta questão:

- A Comissão da União Africana (CUA) desenvolveu um Documento de Conceito em estreita colaboração com vários parceiros, incluindo a Comissão Económica para a África (CEA), o Programa das Nações Unidas Para o Ambiente (UNEP) a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o Secretariado da Convenção das Nações Unidas para o Combate a Desertificação (UNCCD), o Observatório do Sahara e Sahel (OSS) e o Programa Mundial para a Alimentação (PAM).

O Documento de Conceito da União Africana foi depois lançado a margem da Cimeira sobre Segurança Alimentar que se realizou em Abuja, Nigéria, em Dezembro de 2006. Subsequentemente, os Chefes de Estado e de Governo Africanos na sua 8ª Sessão Ordinária em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro de 2007 endossaram a Iniciativa. Os Líderes Africanos aplaudiram a iniciativa como sendo uma estratégia apropriada para nivelar efectivamente os esforços nacionais, regionais e internacionais para confrontar a ameaça da degradação da terra, desertificação e controlar e fazer o acompanhamento da destituição social nas zonas do Sahara e Sahel do continente e apelou a Comissão a desenvolver um plano de implementação. Em Setembro de 2007 a Comissão, com a assistência de um grupo de peritos, desenvolveu um projecto de programa de implementação para analisar com os parceiros.

- O Secretariado do CEN-SAD, em colaboração com o Observatório do Sahel e Sahara (OSS), também desenvolveram um documento de conceito e depois um

plano de acção (2008 - 2010) baseado numa série de estudos e consultas técnicas com os Estados Membros e parceiros.

- Na Cimeira da Conferência de Líderes e Chefes de Estado do CEN-SAD (Niamey, Niger), foi solicitada a República do Senegal a assistir na provisão de conteúdos substanciais para a ambiciosa ideia de implementar “a muralha verde”. O Senegal organizou várias reuniões de peritos e ministeriais, bem como uma mesa redonda (2008) que permitiu finalizar vários documentos: (i) Nota de Conceito; (ii) Esquema conceptual (pré projecto do documento); (iii) Critérios para demarcação da zona de muralha verde e uma lista indicativa das espécies vegetais adaptadas; (iv) Função das pequenas barragens e represas na muralha verde; (v) Termo de referência para a elaboração do documento projecto; e (vi) Custo indicativo para a implementação do projecto.

Este projecto de “Plano de Acção para a Implementação da Grande Muralha para o Sahara e Sahel” foi gerado da síntese de várias acções e iniciativas empreendidas numa reunião de representantes da CUA, CEN-SAD, Senegal, OSS e o *Comité Inter-Estados de luta contra a Seca no Sahel* (CILSS) organizada pelo Secretariado Geral do CEN-SAD em Tripoli, a 15 de Maio de 2008. Ele procura assegurar a implementação da GWSSI sob uma única tutela e de uma forma sinérgica. Além disso, foi concebido para reforçar a implementação de planos nacionais de acção à luz da Convenção das Nações Unidas para o Combate a Desertificação (UNCCD) e planos de acção que visam o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza nas margens norte e sul do deserto do Sahara, que foi adoptado por todos os países interessados na Iniciativa.

Este ambicioso programa da Muralha Verde necessita de ser implementado o mais rápido possível. Tal deverá requerer um investimento significativo de recursos financeiros e humanos e um compromisso político por parte dos Estados interessados.

I – O CONTEXTO

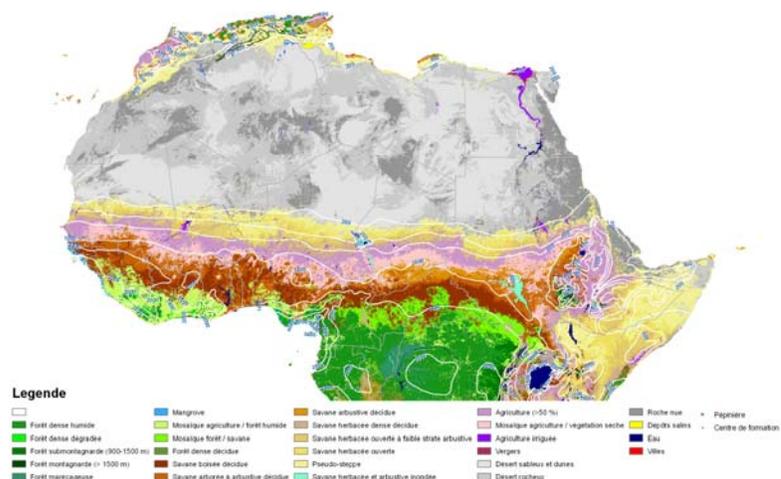
Geografia e Clima

A Zona Sahelo-Sahariana é sobretudo de savana e estepe e estende-se do Oceano Atlântico ao Corno de África.

A área coberta pelo projecto da Grande Muralha Verde para a zona do Sahara e Sahel é indicado no mapa abaixo.

As precipitações na zona não ultrapassam os 400 mm ao ano. As chuvas são caracterizadas por uma grande variação de ano para ano e de década para década. As mais importantes limitações à produtividade da terra na zona são a água e a

OCCUPATION DES SOLS ET CEINTURE VERTE



fertilidade do solo. Estudos de padrões climáticos de longo prazo mostram que, enquanto as secas têm sido comuns durante pelo menos 2,500 anos, as secas dos anos recentes têm aumentado em frequência e duração. Registos mostram também que a queda pluviométrica anual baixou e as areias do Sahara moveram cerca de 60 milhas (100 km) no sul para dentro da zona.

Economia

A economia da Zona do Sahelo-Sahariana é largamente baseada na produção agrícola e pecuária. A escassez física de água é característica comum na maior parte da zona. As pressões populacionais e o acrisolado estabelecimento permanente e a pastorícia nas áreas férteis da zona, combinado com a ausência de boas opções tecnológicas específicas da zona para o aumento da produtividade agrícola e pecuária estão agora a causar um espiral descendente da produção agrícola e pecuária, aumentando a insegurança alimentar, a pobreza e a degradação dos recursos naturais.

Pobreza

Devido a uma base de recursos naturais em deterioração, solos frágeis e alta pressão populacional, os habitantes da zona do Sahelo-Sahariana estão agora entre os mais pobres em África. Estima-se que mais de 30 por cento da população dessas áreas, cuja maioria se encontra nas áreas rurais, vivem na pobreza absoluta. As suas famílias são caracterizadas por baixos níveis de capital físico e financeiro, níveis limitados de activos, poucas ou mesmo inexistentes poupanças, limitados canais e infra-estruturas de mercado e altos custos de comercialização

Segurança Alimentar e Estado Nutricional

A maioria dos países na zona do Sahelo-Sahariana são carentes de alimentos, sofrem de insegurança alimentar e a malnutrição é prevaicente em toda a zona. Colheitas pobres e perda do gado continuam a reduzir os activos familiares e a capacidade de gerar rendimentos. Além disso, os altos preços dos alimentos estão a forçar muitas famílias a contrair altos níveis de dívida.

Produção Agrícola

As duas características fundamentais de definição da agricultura na Zona do Sahelo-Sahariana são: (1) precipitações limitadas e variáveis que diminuem em quantidade e previsibilidade de sul para norte ao longo da zona; e (2) baixa fertilidade e solos frágeis que são particularmente deficientes em fosfates e nitrogénio. Estas características combinam com um número de factores económicos, institucionais e socioculturais que dão um impacto negativo na produção e produtividade agrícolas.

A Situação da Terra e Recursos hídricos

A Situação da Terra e recursos hídricos da zona tem se deteriorado constantemente como resultado da expansão da fixação humana e a conseqüente pressão para produzir mais alimentos e mais lenha para combustível. Isto causou reduções drásticas na cobertura da vegetação. Como resultado, a vegetação natural de maior parte da Zona Sahelo-Sahariana foi drasticamente alterada e o seu ecossistema degradado. O resultado tem sido menos precipitações anuais, mais erosão dos solos, aumento da desertificação, colheitas frequentemente fracas e baixa produção de forragem. Muitos

países na Zona Sahelo-Sahariana são também confrontados com grande escassez de água e o acesso à água é frequentemente visto como o maior ponto de estrangulamento na zona.

II – A GRANDE MURALHA VERDE PARA A INICIATIVA DO SAHARA E SAHEL

II.1 – Abordagem Estratégica

Dada a situação alarmante dentro dos limites sul e norte do Sahara, pretende-se agir em ambos os lados da faixa e estabelecer a Grande Muralha Verde abaixo dos 400 mm das quedas pluviométricas anuais.

II.2 – A Meta

A Muralha Verde para a Iniciativa do Sahel e Sahara visa reforçar a implementação dos quadros e planos continentais existentes, procurando debelar as ameaças de degradação e desertificação da terra na margem do deserto do Sahara. Tais quadros incluem o Programa Abrangente para o Desenvolvimento Agrícola de África (CAADP), os Planos de Acção Nacional, Regional e Sub-Regional para o Combate a Desertificação (RAP, SRAPs and NAPs). O objectivo é o de encorajar uma abordagem sinérgica na implementação das actividades dos vários órgãos sub-regionais e nacionais que visam combater a degradação e desertificação das terras em África. Desta forma, pode ser capitalizada a relativa capacidade de advocacia e coordenação da União Africana e do CEN-SAD para este fim. Contudo, fica claro que a propriedade e responsabilidade final pela concepção e implementação destas actividades pertence aos estados nações e as comunidades específicas. A expectativa é que os esforços de colaboração deverão aumentar as chances de alcançar os objectivos comuns, de evitar mais degradação dos solos e recursos das terras dentro das margens norte e sul do deserto do Sahara. Portanto, o propósito deste Plano de Acção é o de promover sinergias e a mobilização e utilização otimizada de recursos, que de outra forma seria difícil para cada país ou região.

II.3 – EFEITOS E IMPACTOS PREVISTOS

A construção da Muralha Verde nessas regiões áridas e destituídas terá efeitos e impactos muito positivos sobre as populações e seu ambiente de vida. Mais especificamente, a GGW irá garantir o desenvolvimento integrado e terá vários efeitos e impactos na sua área de cobertura. Os efeitos e impactos previstos incluem:

- Abrandamento da erosão dos solos: a presença de cobertura vegetal abranda a velocidade dos ventos e favorece a infiltração das águas das chuvas;
- Reestruturação dos solos degradados: um aumento da matéria orgânica de origem vegetal e animal leva à reestruturação dos solos;

- Maior nível de reflorestamento nos países atravessados pela GGW: para, entre outros, restaurar equilíbrio eco-climático e a biodiversidade;
- Recuperação, desenvolvimento e diversificação da agricultura e reprodução do gado, em termos de volumes e dimensões de produção animal e vegetal da população activa empregue nestes sub-sectoros;
- Recuperação, conservação e desenvolvimento da biodiversidade vegetal e animal, a pastagem deferida e outras áreas florestais de propriedade privada contribuem para a regeneração vegetal natural e o regresso da vida selvagem: pássaros, caca miúda, cobras, etc.
- Aumentar a cobertura de necessidades locais em produtos florestais, especialmente, lenha, madeira, e também produtos lenhosos e não lenhosos: goma, resinas, raízes, folhas, cascas de árvores, frutas, farmacopeia etc.
- Nível de vida e saúde melhorada devido a melhoria visível em nutrição, ambiente de vida e maior disponibilidade de produtos como água, energia, infra-estruturas sociais etc.;
- Inversão gradual do fenómeno de migração rural, “migrantes ecológicos” e as camadas mais pobres que procuram emprego irão repopular essas zonas, que foram reabilitadas pela proximidade da GGW.
- Controlo dos recursos hídricos através de represas, lagos artificiais e esquemas hidráulicos que irão contribuir para o melhoramento do sistema de produção

II.4 - Beneficiários

O programa de efeitos e impactos da grande muralha verde vai beneficiar várias categorias de actores que incluem:

- Comunidade internacional: na realidade, a GGW cruza-se perfeitamente com interesses internacionais para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, redução dos gases com efeito de estufa, captação e armazenamento de carbono, redução das migrações ecológicas e económicas;
- Estados: encontram nela uma oportunidade de reactivar a conservação dos seus ecossistemas e recuperação de programas, especialmente florestas e solos, bem como a redução da pobreza e segurança alimentar;
- Comunidades locais: regiões, municípios e comunidades rurais encontram na GGW um instrumento para aumentar o desenvolvimento local através da recuperação das produções agrícolas, redução do desemprego, e no geral, através de maior rendimento;
- Produtores primários: agricultores; pastores; carvoeiros; ceifadores de goma, mel e resina; curandeiros; caçadores; escultores; etc. Enquanto que para os agricultores a GGW vai expandir zonas cultiváveis e produtividade nessas zonas cultiváveis, para os restantes actores primários ela irá aumentar a disponibilidade das matérias primas.

- Empresários Privados: que são os iniciadores de parques de safari, agricultura moderna e locais de ecoturismo encontram nela algumas oportunidades económicas;
- Estruturas de educação, formação e investigação: a GGW será um sítio privilegiado para investigação regional multi-disciplinar, que permita grande mobilidade de cientistas Africanos e o aumento de sinergias na implementação dos programas;
- Populações que vivem na área de cobertura da GGW: além de oferecer grandes possibilidades de combustíveis de madeira, forragem e acesso a água, eles encontram importantes oportunidades de reduzir o subemprego, migração e pobreza.

II.5 – O Âmbito

Contrariamente ao que o nome possa sugerir, a Grande Muralha Verde para a Iniciativa do Sahara e do Sahel não significa criar uma cintura de floresta que atravessa a África de leste a oeste, apesar de que a questão do aumento da cobertura vegetal deverá receber grande atenção. Ela consiste de várias intervenções integradas para tratar de questões que afectam as vidas das pessoas nas áreas do Sahel e Sahara de África. Estas intervenções, que são multi-sectoriais e multidimensionais, abordam uma vasta gama de aspectos, incluindo a terra, água e gestão de recursos florestais; conservação dos solos; desenvolvimento da pastorícia; produção agrícola sustentável bem como o género e integração da juventude no desenvolvimento.

O âmbito geográfico do foco da iniciativa serão as áreas vulneráveis no Sahel e no Sahara. Na verdade, a prioridade será dada a cintura definida pelas linhas isoieticas abaixo de 400 mm nas margens sul e norte do deserto do Sahara. Contudo, os países podem operar fora desta zona com vista a combater a degradação da terra e melhorar o nível de vida para aliviar a pobreza.

II.6 – Quadro de Implementação

A implementação da Grande Muralha Verde para o Programa de Iniciativa do Sahel e Sahara será sofisticado e, portanto, um desafio de compromisso de longo prazo, dada a variedade de assuntos envolvidos. Devem ser consideradas as seguintes fases.

2.6.1 – Fase I: Fase inicial

O objectivo da fase inicial é o de preparar um ambiente apropriado para a implementação do programa da Grande Muralha Verde. Espera-se que esta fase produza e valide o seguinte:

- Um plano de investimento (nacional e regional);
- Documentação e valorização do conhecimento e aplicação do conhecimento;
- Definição de acções que qualifiquem um projecto como o projecto da 'grande muralha verde';
- Divisão em zonas regionais/caracterização e mapas;
- Definição e implementação de projectos piloto;

- Estabelecimento dos dispositivos institucionais para implementação;
- Realizar actividades do programa.

Esta fase deve durar dois anos. Durante este período, todos os estudos e consultas necessárias tais como reuniões de peritos sobre tipos de projectos e seu desenvolvimento poderão ser realizados. Os países deverão continuar a intensificar actividades que possam contribuir para o alcance dos objectivos da GGWSS e são encorajados a determinar e empreender novas actividades que considerem relevantes.

2.6.2 – Fase II: Implementação

A fase de implementação deverá estender-se por um período mais longo de sub-fases de dez anos com disposições de avaliações finais e de médio prazo dos progressos do seu estado de implementação. Toda a fase implementada com sucesso poderá servir de base, através do resultado da sua avaliação, para desenvolver actividades para os próximos dez anos. A conclusão de todo o Programa poderá durar 30 anos, assumindo que será possível a realização de acções simultâneas em todos os países que integram a cintura. As actividades da fase deverão incluir (em curso) a pesquisa. As actividades para esta fase (nacional e trans-fronteiriça) serão implementadas principalmente pelos países interessados. Os actores regionais, sub-regionais e nacionais poderão dar o apoio necessário. As actividades prioritárias indicadas estão descritas no fim deste documento.

2.6.3 - Princípios

Dada a situação na Zona Sahelo-Sahariana e a necessidade de implementação coordenada e efectiva da GGWSS, prevê-se que os programas, projectos e actividades dos actores interessados sejam guiados pelos seguintes princípios:

- Contribuir para a integração regional em todos os seus aspectos pertinentes;
- Seguir uma tendência de meio de subsistência “pro-pobre” e sustentável que contribua para o aumento da segurança alimentar e redução da pobreza, e que esteja em linha com os princípios das Convenções do Rio e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- Seguir uma tendência coordenada e integrada para a produção agrícola e pecuária e gestão e desenvolvimento de recursos da terra e hídricos e tratar os aspectos de intervenção ambiental e de energia com base nos princípios de sustentabilidade;
- Integrar os aspectos técnicos com aqueles que facilitem a propriedade comunitária e desenvolvimento e capacitação de grupos vulneráveis, especialmente mulheres e jovens;
- Promover a diversificação e estratégias de actividades de integração de produção de cereais-pecuária e considerar as necessidades especiais dos pastores, mulheres e jovens;

- Promover parcerias no sector público-privado, evitar acções que debilitem o sector privado, e tratar dos requisitos de desenvolvimento infra-estrutural e institucional dos utilizadores finais;
- Colaborar estreitamente com todos os parceiros importantes e actores interessados, respeitando as funções e responsabilidades de cada um, e seguir os princípios de subsidiariedade.

De uma perspectiva operacional, os programas e projectos devem visar áreas definidas, ter um carácter de investimento de longo prazo direccionado ao controlo da degradação da terra e desertificação, conservação da biodiversidade e adaptação às alterações climáticas. A Implementação não significa necessariamente ser contíguo, mas deve centrar-se em áreas prioritárias. Além disso, deve ser de um carácter que lhe permita ser integrada nos programas nacionais e regionais.

2.6.4 – Áreas Prioritárias de Intervenções

Foram identificadas as seguintes áreas prioritárias para intervenção:

- Criar um ambiente apropriado para implementação;
- Promover o desenvolvimento agrícola sustentável, incluindo o cultivo, pecuária, pescas e a silvicultura;
- Promover actividades que geram receitas dentro de uma perspectiva de gestão sustentável de recursos naturais;
- Promover o desenvolvimento integrado de recursos da terra e das águas, incluindo a gestão de habitats naturais, silvicultura e gestão da terra, bem como gestão das águas e do solo;
- Estabelecer uma estratégia de comunicação eficaz;
- Estabelecer um quadro institucional eficaz;
- Estabelecer uma política e quadro jurídico capazes;
- Desenvolver capacidades apropriadas;
- Estabelecer um sistema eficaz de coordenação, monitorização e avaliação;
- Abordar questões importantes e pertinentes em todas as intervenções, incluindo género e integração da juventude, alerta prévio e gestão de risco de catástrofes, gestão e resolução de conflitos, e reforço de capacidades.

Estas áreas estratégicas de intervenção são ainda detalhadas no quadro lógico apresentado abaixo.

III – IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO

III.1 – Forjar Parcerias e Partir de Iniciativas Em Curso

A GWSSI reconhece os vários esforços a nível regional e nacional que foram feitos e continuam a ser feitos para melhorar o nível de vida na Zona Sahelo-Sahariana. Os principais actores acreditam que para o GGWSSI ser um sucesso, ele deve estar ligado e incorporado nos programas nacionais e regionais existentes que tratam questões de degradação da terra e desertificação. Neste particular, os grandes esforços e realizações dos países como a Argélia, Tunísia, Níger, Mauritânia, Burkina Faso, Senegal, Líbia, Mali e Egipto servirão de guias práticos úteis de implementação. A preocupação activa das Comunidades Económicas Regionais tais como Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD) e a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), juntamente com gestão sustentável de recursos naturais, servirão de recursos valiosos de aprendizagem partilhada. Da mesma forma, a Iniciativa vai partir da enorme quantidade de trabalho feito pelas organizações nacionais e sub-regionais no campo do controlo da desertificação.

A GGWSSI irá ainda ser integrado com outros processos em curso, incluindo, o UNCCD, UNCCBD, UNFCC, Iniciativa TerrAfrica, Iniciativa Ambiental da NEPAD e o Programa Operacional 15 do Mecanismo Global para o Ambiente. Nesta conformidade, a Iniciativa deve ser implementada por um período de tempo extenso para produzir os efeitos desejados. Portanto, a Iniciativa deverá ser levada a cabo por fases.

III.2 – Preparativos Institucionais/de Implementação

3.2.1 – Coordenação Política

A Comissão da União Africana e o Secretariado do CEN-SAD irão fazer uma fiscalização e coordenação geral para a implementação da Iniciativa. Para este propósito eles irão estabelecer um mecanismo institucional apropriado. Além disso, a CUA e o CEN-SAD irão fazer a ligação com as pertinentes Comunidades Económicas Regionais (CERs) tais como a CEDEAO, IGAD e MAU para a sua realização. Este último será depois responsável pela monitorização e informação sobre o desempenho da implementação dos programas nas suas áreas pertinentes. A comissão e o CEN-SAD serão ainda responsáveis por organizar e coordenar reuniões dos Comités Técnico e Directivo.

A República do Senegal, conforme foi mandatada pela Cimeira de Líderes e Chefes de Estado, continuará a ajudar na preparação e coordenação do programa sob os auspícios da CUA e do Secretariado Geral do CEN-SAD.

O Comité Directivo

O Comité Directivo será composto de Ministros, que serão devidamente designados pelos países participantes. A Comissão da União Africana e o Secretariado Geral do CEN-SAD também serão membros. O Comité Directivo irá prover orientação política para a implementação do Programa.

O Comité Directivo deve reunir-se uma vez por ano para analisar os relatórios anuais do Comité Técnico e fazer o acompanhamento das questões políticas. Para efeitos de eficiência, a reunião do Comité Directivo pode ser realizado imediatamente depois de uma reunião sectorial de Ministros Responsáveis por Agricultura, Águas e Ambiente do CEN-SAD. O serviço de Secretariado do Comité Directivo será provido pela CUA e pelo Secretariado Geral do CEN-SAD.

Comité Técnico

Peritos dos países participantes formarão o Comité Técnico. Em acréscimo, o Comité será integrado de peritos importantes de outros Estados Africanos, representantes da CUA, do Secretariado Geral do CEN-SAD, CERs concernentes, instituições técnicas e parceiros de desenvolvimento. O Comité Técnico irá fazer a fiscalização técnica para a implementação no terreno e aconselhar o Comité Directivo sobre a necessária orientação política.

O Comité técnico poderá reunir-se duas vezes por ano para conduzir o programa. As reuniões do Comité serão organizadas pela UA e o CEN-SAD com o apoio de organizações técnicas sub-regionais tais como as OSS e a CILSS que podem ser designados pelas suas respectivas CERs. Deve ser constituído um sub-comite do Comité Técnico para fazer um acompanhamento maior e mais frequente da implementação do programa.

Dada a importância da Iniciativa e o potencial da sua repercussão noutras partes do continente, a CUA será responsável por informar o estado da sua implementação aos seus Órgãos competentes para propriedade continental sustentável.

3.2.2 – Coordenação da Implementação

A nível nacional, os Governos terão necessidade de garantir a criação de mecanismos nacionais eficazes de coordenação. Dada a existência de tais mecanismos, no contexto das Convenções do Rio, os Governos, para efeito de eficiência e eficácia, devem fortalecer e usar essas estruturas para coordenar a implementação.

As Comunidades Económicas Regionais, através de instituições técnicas concernentes tais como a CILSS, ICPAC¹ e OSS, em colaboração com o Senegal, irão apoiar na preparação e coordenação de programas de implementação regional, nacional e trans-fronteirico. Para este fim, as CERs devem garantir que a GGWSSI seja integrado nos programas e actividades ambientais existentes, tais como os Programas de Acção sub-Regionais da UNCCD e outros programas sobre biodiversidade e mudanças climáticas. Terão também necessidade de garantir que seja criado um mecanismo para informação regular para e tomada de decisão pelos órgãos de orientação política.

¹ IGAD Climate Prediction and Application Center

III.3 – Mobilização de Recursos

Embora os países participantes necessitem assegurar a afectação de orçamentos anuais para a implementação da Iniciativa, estes recursos nacionais necessitarão de apoio extra orçamental. Portanto, haverá necessidade de um 'Dedicado Fundo Fiduciário', para o qual cada um poderá contribuir voluntariamente ou por meio de contribuição estatutária. Os recursos deste Fundo, complementados com a assistência externa ao desenvolvimento, poderão garantir a implementação ininterrupta do programa. A iniciativa poderá também explorar parceria público - privada para mobilização de recursos.

Para uma mobilização eficiente de recursos, os países interessados terão necessidade de desenvolver programas concretos de investimentos para projectos nacionais e trans-fronteiriços para dar solução aos vários objectivos das áreas, conforme definido no quadro em anexo.

Em colaboração com os Secretariados do CEN-SAD e NEPAD, bem como as CERs, a CUA ira apoiar os programas nacionais e trans-fronteiricos através da mobilização de recursos. Contudo, isto não faz da mobilização de recursos o objectivo exclusivo destas organizações. Os governos nacionais terão a responsabilidade principal de angariar recursos financeiros para as suas respectivas actividades, bem como para projectos trans-fronteiricos. Todavia, espera-se que ao apresentar este plano estratégico aos parceiros de desenvolvimento, os últimos irão levar isto em consideração, quando avaliarem e aprovarem financiamento para as suas intervenções, a todos os níveis. Espera-se que os parceiros de desenvolvimento usem este plano estratégico ao desenvolver apelos e solicitações para propostas.

III.4 – Orçamento do plano de acção

Os orçamentos indicativos anexos são para as (facilitação) actividades da primeira fase preparatória para um período de dois anos. No fim desta fase, podem ser dados mais detalhes do orçamento, relativamente aos projectos Nacionais e trans-nacionais, e programas regionais de investimento.

O orçamento avaliado para esta primeira fase é de cerca de **2,7 milhões de dólares americanos**.

ANEXOS

ANEXO 1: Tabela 1: Orçamento Provisório para Fase 1 (2 anos)

Actividades	Orçamento em \$EU
Desenvolvimento dos critérios de elegibilidade e indicadores	50 000
Desenvolvimento de questionários e visitas a países	75 000
Capitalização de informação e de conhecimento científico e técnico	150 000
Distribuição regional por zonas através do uso da terra e classificação do	175000

Actividades	Orçamento em \$EU
solo	130,000
Sensibilização/mobilização de países	
Actividades piloto	755 000
▪ Identificação e indicação de actividades	25 000
▪ Implementação de actividades	500 000
▪ Apoio Institucional ao Ponto Focal	230,000
Coordenação de Programa	425 000
▪ Comité Técnico	150 000
▪ Comité Regional (para actividades transfronteiras)	105 000
▪ Workshop (seminário) Regional	105 000
Identificação e inicio de actividades e programas transfronteiricos	200 000
Desenvolvimento de programa Regional de investimento	150 000
Programas de acompanhamento	300, 000
▪ Formulação e implementação de programa regional de investigação científica	100 000
▪ Concepção e implementação de redes regionais de formação	100.000
▪ Concepção e implementação de mecanismos para consultas e troca de ideais	100.000
▪ Desenvolvimento de uma plataforma de actores interessados, mobilização de recursos e criação de um dedicado fundo fiduciário	
Lançamento de programa	150 000
<i>Total</i>	<i>2, 560, 000</i>
Contingencia de 5%	128, 000
Total Geral	2, 688, 000

ANEXO 2: Tabela 2: Áreas Prioritárias de Intervenção

Áreas Prioritárias de intervenção	Propósito	Actividades	Resultados Esperados
Criação de ambiente favorável para implementação	a. Garantir a sustentabilidade e o direito de propriedade do programa	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver parceria estratégica • Criar um mecanismo de financiamento sustentável (Fundo) • Desenvolver um programa de investimento abrangente • Estabelecer critérios de elegibilidade para ter acesso a fundos comuns • Encetar estudos pertinentes para capitalizar a partir de experiências de sucesso e identificar pacotes técnicos • Desenvolver mapas pertinentes para distribuição por zonas e áreas prioritárias • Identificar e implementar projectos pilotos • Desenvolver directrizes para a implementação da GWSSI • 	<ul style="list-style-type: none"> √ Dispositivos de financiamento garantidos (Fonte) √ Implementação concentrada e coordenada √ Identificação de experiências de sucesso para melhoramento
Promoção de Desenvolvimento Agrícola Sustentado	<p>b) Melhorar a sustentabilidade, integração e adaptabilidade da agricultura da ZSS, incluindo cultivo de cereais, pecuária e pescas</p> <p>b. Aumentar a comercialização e marketing de produtos agrícolas da ZSS</p> <p>Aumentar a acessibilidade de homens e mulheres camponesas, pastores e pescadores aos factores de produção agrícola</p> <p>c. Para aumentar a segurança e acessibilidade aos recursos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover actividades de intensificação, diversificação e integração agrícolas usando tecnologias apropriadas <p>Promover actividades de desenvolvimento de irrigação de oásis e bacias de rios em pequena escala</p> <p>Promover investimentos para actividades de cultivo de terrenos e incultos e de desenvolvimento</p> <p>Promover a agricultura urbana e peri-urbana</p> <p>Criar instalações de armazenamento, preservação e processamento</p> <p>Facilitar o desenvolvimento de mercados para comodidades da ZSS a níveis nacional e regional</p> <p>Encorajar reformas de título de posse de terras e planificação do uso da terra</p> <p>Facilitar o acesso a factores chave, incluindo o credito, e factores de extensão e produção</p> <p>Facilitar o acesso aos recursos básicos, especialmente para as mulheres rurais</p>	<ul style="list-style-type: none"> √ Melhoramento da situação de segurança alimentar e nutricional do povo da Zona do Sahelo-Sahariana √ Melhoramento do modo de vida do povo da Zona do Sahelo-Sahariana e a pobreza reduzida especialmente as mulheres rurais e os jovens √ Ambiente conservado √ Produtividade de cereais, pecuária e pescas aumentada e sustentada

<p>2. Promover desenvolvimento de gestão integrada de recursos da terra e das águas</p> <p>3.1. Gestão de habitat natural</p>	<p>a. Reabilitar os habitats naturais degradados</p> <p>b. Melhorar a quantidade e a qualidades dos pastos</p> <p>c. melhorar a gestão das águas nos habitats naturais</p> <p>d. aumentar a produtividade e diversificação da pecuária</p>	<p>Desenvolver fontes de água em pontos apropriados e promover o uso de técnica de conservação de água</p> <p>Promover o uso de tecnologias e práticas adequadas e avançadas e facilitar a criação de redes de adaptação de investigação tecnológica e investigação</p> <p>Promover praticas de gestão de queimadas</p> <p>Promover a diversificação da produção agro-pecuária visando especialmente as mulheres rurais</p> <p>Promover o processamento e comercialização de produtos pecuários a níveis nacionais e regionais</p> <p>Promover o aumento da acessibilidade aos serviços veterinários e facilitar o desenvolvimento da capacidade local da saúde animal</p> <p>Facilitar o estabelecimento de sistemas eficazes de aviso prévio a todos os níveis</p> <p>Reforçar as instituições nacionais e regionais existentes envolvidas em prevenção de catástrofes e encorajar o estabelecimento de sistemas conjunto de aviso prévio</p> <p>Promover a técnica de gestão de habitats naturais para adaptar a variabilidade do clima e as alterações climáticas</p> <p>Promover um dialogo eficaz para a gestão e resolução de conflitos</p> <p>Encorajar a criação de planos nacionais de prevenção</p>	<p>√ Aumento da produtividade pecuária</p> <p>√ Melhoramentos dos níveis de vida relativamente aos consumo de produtos pecuários</p> <p>√ Melhoramento da situação sócio-económico e cultural das comunidades pastorícias.</p>
<p>3.2 Silvicultura e gestão da terra management</p>	<p>a. Melhorar a gestão de ecossistema florestal,</p>	<p>Promover o uso crescente de tecnologia renováveis de energia incluindo a aplicação de tecnologia de poupança de energia</p> <p>Promover o uso de tecnologias, técnicas e praticas de</p>	<p>Melhoramento dos níveis de vida no campo da silvicultura particularmente para as mulheres</p>

	<p>biodiversidade e produção florestal</p> <p>b. Aumentar o sequestro de carbono</p> <p>c. Fazer o uso sustentável de produtos não florestais</p> <p>d. Reabilitar as áreas florestais degradadas</p> <p>e. Fazer a gestão o sustentável de recursos de combustíveis de Madeira</p> <p>f. Acelerar a integração de recursos de gestão transfronteiriças</p>	<p>gestão de florestas incluindo através da utilização de conhecimento tradicional</p> <p>Promover a silvicultura comunitária e privada</p> <p>Promover a introdução e actividades de conservação integrada da terra</p> <p>Promover a utilização alternativa de produtos que não provem de Madeira, em particular das mulheres rurais através da introdução de arvores de valores múltiplas tal como a pongamia pinhadta e outras arvores acácia úteis</p> <p>Promover o ecoturismo</p> <p>Reforçar medidas de protecção florestal incluindo a protecção da vida selvagem</p> <p>Promover a actividades de reflorestamento e desenvolvimento de aldeias</p> <p>Facilitar a condução de uma apinhamento e avaliação de recursos florestais</p> <p>Promover dialogo efectivos para gestão e resolução de conflitos que envolvem ao sector florestais</p> <p>Encorajar a planificação de gestão conjunta de recursos florestais transfronteiriços</p> <p>Facilitar o desenvolvimento de capacidades para a comercialização do carbono e quantificação do carbono sequestrado no processo</p> <p>Promover técnicas de gestão florestal para adaptar-se a variabilidade do clima e a mudança climática.</p>	<p>√ Aumento de rendimento proveniente da silvicultura</p> <p>√ Redução da pobreza</p>
3.3 Gestão de água e solos	<p>Melhorar a conservação da água e do solo, a fertilidade dos solos, acessibilidade da água e qualidade da</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover iniciativas regionais conjuntas para a gestão sustentada de recursos de água partilhadas ou transfronteiriças • Promover a adopção de tecnologias, técnicas e praticas melhoradas de gestão dos solos e das águas incluindo 	<p>Aumento da produtividade de solos e águas</p> <p>√ Aumento sustentados na produtividade agricultura,</p>

	<p>água e a eficiência na sua utilização</p>	<p>técnicas de capacitação de água</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover técnicas eficientes para o uso das águas. • Facilitar esforços que visam melhorar a capacidade e o conhecimento das comunidades e instituições para conservação das águas e solos • Promover a avaliação e mapeamento de recursos potenciais disponíveis de águas e solos • Promover o uso melhorado de informação sobre o clima de fontes contemporâneas e tradicionais para tomar decisões informadas 	<p>habitats naturais e florestas.</p> <p>Disponibilidade sustentada de águas</p>
<p>4. Estabelecer uma eficaz estratégia de comunicação</p>	<p>Institucionalizar processos eficazes de comunicação aos mais diferentes níveis para a advocacia e sensibilização e aprendizagem</p>	<p>Facilitar a concepção recolha registo e disseminação de informação relevante</p> <p>Facilitar a criação de um web site para Iniciativa</p> <p>Facilitar a criação de mecanismos para fortalecer as relações entre o publico e a midia</p> <p>Promover a criação e a implementação de um quadro para avaliar o progresso do impacto a todos os níveis</p> <p>Estabelecer uma identidade para a GWSI</p> <p>Estabelecer medidas para mobilizar e motivar os actores interessados, incluindo os parceiros de desenvolvimento e a comunidade doadora.</p> <p>Desenvolver e partilhar pacotes e estratégias de comunicação para diversos alvos de audiências/interessados, incluindo mulheres e jovens entre grupos comunitários</p> <p>Facilitar o desenvolvimento de capacidade de comunicação dos implementadores de iniciativas para</p>	<p>A Grande Muralha para Iniciativa do Sahara e seus objectivos alcançados</p> <p>Tomada de decisão integrada e melhorada a todos os níveis</p> <p>Propriedade da GWSI estabelecida a todos os níveis</p> <p>Boa vontade para a implementação da Muralha em todos os níveis</p>

		<p>uma interacção eficaz com os actores interessados</p> <p>Criar/Identificar e usar vários canais apropriados de comunicação</p> <p>Facilitar a harmonização de política de comunicação</p> <p>Usar a iniciativa de estratégia de comunicação para promover um dialogo efectivo para a gestão e resolução de conflitos a todos os níveis</p> <p>Utilizar o sistema de comunicação da GWSI para promover uma rede de sinergias e parcerias com os principais interessados</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer medidas para integrar a comunicação interna e externa e apreender das experiência existentes e pertinentes 	
5. Estabelecimento de uma estrutura operacional institucional e eficaz	Estabelecer mecanismos institucionais eficazes para a organização, gestão e implementação da GWSI a todos os níveis	<p>Estabelecer Mecanismos de coordenação a todos os níveis</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e ajudar a implementar o desenvolvimento de programas de capacitação institucional a todos os níveis <p>Apoiar a rede institucional e desenvolvimento de parcerias</p> <p>Promover o desenvolvimento e uso de quadros conjuntos para motorização e avaliação de actividades relacionadas com a GWSI em instituições participantes</p> <p>Facilitar o estabelecimento de coordenação com as CERs e outros institucionais relacionadas com a GWSI tais como as OSS, UNEP-GEF, UNCCD, NEPAD, UNFCCC, UNCBD, FAO e outras</p>	Efectiva coordenação, engajamento e motivação de todas as instituições para uma execução coordenada da Iniciativa a todos os níveis
6 Criar um ambiente político e jurídico favorável	Criar uma plataforma para implementação de políticas leis e acordos harmonizados da GWSI a todos os	<p>Identificar e apoiar fórum para diálogos políticos sobre a GWSI</p> <p>Encorajar e promover o desenvolvimento de políticas comuns para a gestão e utilização de recursos naturais</p> <p>Promover estudos que ajudem a harmonizar e integrar e</p>	Implementação com sucesso e sustentadas da GWSI e seus componentes a todos os níveis

	níveis	<p>consolidar políticas pertinentes a GWSI</p> <p>Promover políticas nacionais e regionais coerentes sobre assuntos transfronteiriças, incluindo a pastorícia transhumanças e nómadas</p> <p>Facilitar a criação de quadros legais nacionais e regionais apropriados</p> <p>Encorajar a inclusão da GWSI em planos nacionais de desenvolvimento incluindo PRSPs e outros planos e programas</p>	
7 Desenvolvimento de capacidades apropriadas e relevantes a todos os níveis	Aumentar a capacidade em todas as áreas de intervenção e a todos os níveis para fazer frente a degradação da terra e da desertificação na ZSS e melhorar os níveis de vida da população da zona incluindo mulheres e jovens	<p>Recolha de informação de experiência e de conhecimento existente</p> <p>Organizar seminário de formação para troca de experiência e aprendizagem de lições</p> <p>Desenvolver e implementar programas de formação a níveis nacionais e regional para execução integrada de actividades das várias áreas intervenção.</p> <p>Desenvolver e reforçar redes de instituições e iniciativas similares para intervenção temáticas</p> <p>Estabelecer e reforçar ligações com instituições de investigações e académicas para apoiar as actividades da GWSI</p> <p>Facilitar o refrescamento, actualização, reordenação dos indivíduos envolvidos na implementação de iniciativas a todos os níveis, especialmente as comunidades locais, sobre os requisitos importantes da GWSI</p> <p>Promover programas e projectos para capacitação das comunidades locais</p>	<p>Aumento das capacidades humanas e institucionais a todos os níveis para implementação efectiva e sustentável da GGWSSI</p> <p>Comunidades capacitadas para iniciar, e implementar e sustentar intervenção na GGWSSI</p>

<p>8 Estabelecer um efectivo sistema de coordenação, monitorização e avaliação</p>	<p>c. Tpor em pratica a coordenação efectiva e estruturas M&E a todos os níveis</p> <p>d. Estabelecer um efectivo sistema de informação e gestão da GWSI</p>	<p>Estabelecer comités Técnicos e Directivos</p> <p>Estabelecer sistema s de operação M&E a todos os níveis</p> <p>Estabelecer mecanismos/processos apropriados de informação para tomadas de decisão apropriadas.</p> <p>Estabelecer um banco de dados para facilitar a gestão de informação</p>	<p>Melhoramento da prestação de conta e responsabilização</p> <p>Melhoramento da coordenação para implementação</p> <p>Tomada de decisão e afectação de recursos integradas</p>
--	--	---	---

ANEXO 3: Tabela 3: Indica o Orçamento do Programa para os primeiros dez Anos

	Área Prioritária de Intervenção	Custo Indicativo para Dez Anos
1	Promoção de desenvolvimento agrícola sustentável	94,500,000
2.	Promoção de gestão e desenvolvimento integrado da terra e recursos de água	
	1. Gestão de Habitats naturais	115,500,000
	2. Silvicultura e gestão da terra	136,500,000
	3. Gestão das Águas e do solo	73,500,000
3	Estabelecer uma estratégia de comunicação eficaz	54,600,000
4	Estabelecer um quadro operacional institucional eficaz	52,500,000
5	Criar um ambiente político e jurídico favorável	63,000,000
6	Desenvolver capacidades relevantes e apropriadas a todos os níveis	29,400,000
7	Estabelecer um sistema eficaz de coordenação, monitorização e avaliação	16,800,000
	Total	636,300,000

2008

Projecto de plano de Acção (2008-2010) para a Iniciativa da Grande Muralha Verde Para O Sahara e Sahel

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3910>

Downloaded from African Union Common Repository